



ENCONTRO ESTADUAL DE AGROECOLOGIA

SILVA JARDIM * RJ

CARTA POLÍTICA

SILVA JARDIM, 28 DE JUNHO DE 2026





ARTICULAÇÃO DE
AGROECOLOGIA DO
RIO DE
JANEIRO

V ENCONTRO ESTADUAL DE AGROECOLOGIA

Justiça climática e comida de verdade na mesa do povo: encontro dos rios celebrando os 20 anos da AARJ

Estamos muito felizes por celebrar os 20 anos da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro!

O V Encontro Estadual de Agroecologia aconteceu entre os dias 26 e 28 de Junho de 2026 no município de Silva Jardim, Região Serramar do estado do Rio de Janeiro. Participaram 2.000 pessoas, sendo mais do que 50% agricultoras e agricultores e 65% mulheres, 52% negros e 4% indígenas. O encontro teve a participação de 30 crianças, mostrando a força e vigor da renovação da agroecologia.

Os objetivos do V EEARJ foram plenamente alcançados: celebramos os 20 anos da AARJ; fortalecemos as experiências em agroecologia no Rio de Janeiro por meio das trocas e intercâmbios; organizamos a incidência política do movimento agroecológico no processo eleitoral de 2026; e iniciamos a preparação da AARJ para o V Encontro Nacional de Agroecologia (V ENA), que acontecerá em 2027, no Paraná.

Com orgulho, podemos afirmar: na praça pública, em Silva Jardim, fizemos a maior feira estadual de agroecologia e o maior encontro de agroecologia da história do estado do Rio de Janeiro!

Com o tema “Justiça climática e comida de verdade na mesa do povo: encontro dos rios celebrando os 20 anos da AARJ”, o V Encontro Estadual de Agroecologia teve visitas a experiências agroecológicas em Silva Jardim e Casimiro de Abreu; inauguração dos quintais das mulheres implementados por políticas públicas de



apoio à agricultura familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário; plenária das mulheres; festival gastronômico; Feira Agroecológica: Saberes, Sabores e Sementes; apresentações culturais; rodas de conversas; trocas de sementes; alimentação agroecológica para 400 pessoas com gestão dos resíduos gerados no encontro; apresentação das regionais da AARJ em instalações pedagógicas e uma plenária final onde foi aprovada essa carta política.

São 20 anos de AARJ, que tem como marco de constituição o ano de 2006, quando foi realizado o I Encontro Estadual de Agroecologia, atividade preparatória ao II Encontro Nacional de Agroecologia (II ENA). De lá para cá, realizamos caravanas, seminários, intercâmbios, incidência política e mais quatro encontros estaduais, tendo o último acontecido em Paraty, em 2017, junto ao Fórum de Comunidades Tradicionais.

A AARJ faz parte da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU). Dialoga diretamente com o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e participa de diversos conselhos, como CONSEAs (Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional) municipais, estadual e nacional, CMDRs (Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável), CEDRUS (Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável), dentre outros.

A AARJ é uma rede de experiências de agricultoras e agricultores familiares, assentados/as de reforma agrária, camponesas e camponeses, mulheres, juventudes, infâncias, mestres e mestras populares da cultura e da agroecologia, erveiras, pescadores/as artesanais, agricultores/as urbanos/as, lideranças comunitárias, comunidades tradicionais indígenas, quilombolas, pesqueiras; técnicos/as de assessoria, organizações não governamentais, técnicos/as de instituições públicas de pesquisa, ensino e extensão que compõe a AARJ em nove rede territoriais (Regionais: Costa Verde, Médio Paraíba do Sul, Metropolitana do Rio de Janeiro, Lagos,

Serramar, Serrana, Serrana Leste, Noroeste e Norte). Além disso, a AARJ conta com grupos de trabalho temáticos de políticas públicas; mercados; mulheres; comunicação e sementes.

No último mapeamento que realizamos - o projeto Afluentes do Rio - identificamos 260 experiências, principalmente coletivas, em apenas três meses. Sabemos que, felizmente, existem muito mais. Essas experiências nos territórios demonstram sua força de resistência e a importância da organização social para a produção de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, que abastecem principalmente as camadas populares, rompendo com a lógica de produção de orgânicos para nichos de mercado que só atendem às pessoas de mais alta renda. A agroecologia, com sua diversificação da produção e incorporação de tecnologias sociais promove equilíbrio ecológico, sendo resistência e solução para as mudanças climáticas. Nesse sentido, a agroecologia promovida nos territórios é estratégia de combate à fome, promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e resistência e combate às mudanças climáticas.

A diversidade da agroecologia está nas roças agroecológicas, nos sistemas agroflorestais rurais e urbanos, nos quintais da mulheres, nos terreiros, nas áreas coletivas de produção, nas cozinhas coletivas e comunitárias das processadoras de alimentos, nas feiras agroecológicas, nas escolas, nas unidades de saúde, na produção de remédios caseiros à base de plantas medicinais feitos pelas erveiras, raizeiras e mateiros, na pesca artesanal, na criação agroecológica de animais, nos guardiões e guardiãs de sementes, na mobilização de juventudes rurais e urbanas, na comunicação popular nas favelas e comunidades e na promoção da ciência comprometida com a sustentabilidade e com a transformação social.

Nos territórios, estamos resistindo à falta de apoio do Estado e ao apagamento e invisibilidade impostas pelo modelo de desenvolvimento predominante, marcado pela defesa do latifúndio



e pelo apoio ao agronegócio, pela especulação imobiliária, violência armada e exclusão social. Justamente por esse motivo, precisamos ampliar o acesso a políticas públicas de direitos dos agricultores e agricultoras.

Nesse sentido, consideramos importante realizar a reforma agrária e garantir o direito das comunidades tradicionais a seus territórios. Sem Reforma Agrária, não há Agroecologia. Ampliar o apoio às e aos guardiões de sementes, aos quintais das mulheres, garantir políticas voltadas para a agricultura urbana; ampliar o número e suporte às cozinhas comunitárias e solidárias; garantir o apoio às feiras agroecológicas; garantir a conquista de documentos que são identidades e abrem portas para o acesso a políticas, como o CAF e o CAR; promover o acesso ao PNAE e o PAA; promover pontos de culturas rurais que resgatam memórias e promovam a interação com escolas e as juventudes e infâncias.

Durante o V EEARJ, realizamos 15 Rodas de Conversas onde promovemos debates qualificados sobre temas de importância para a AARJ: -Reforma Agrária e Defesa dos Territórios e dos Territórios das Comunidades Tradicionais; -Turismo Rural e Turismo de base comunitária; -"Quem comunica a agroecologia? Narrativas, desafios, territórios e bem viver; -Saneamento e Gestão de resíduos; -Contaminação ambiental e agrotóxicos; -Construção do conhecimento agroecológico: ATER na Promoção da Transição Agroecológica; -Quintais agroecológicos, agricultura urbana e autonomia econômica das mulheres; -Cuidados; -Segurança alimentar e nutricional e abastecimento popular de alimentos saudáveis: combate à fome e comida no prato; -Cultura, Saúde e Agroecologia; -Pesquisa e Extensão em Agroecologia. As rodas de conversas anunciam questões e demandas anexadas a essa carta.

O Rio de Janeiro vem sendo governado há mais de 30 anos por grupos políticos que não defendem nossos direitos e não dialogam com os movimentos sociais e não se empenham em efetivar políticas de apoio à agricultura familiar, à reforma agrária e à agroecologia.



Isso resulta em baixíssimo acesso das experiências de agroecologia a políticas públicas sob responsabilidade do governo do estado do RJ. No ano 2019 conseguimos aprovar a Lei Estadual nº 8.625/2019 pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), que institui a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO-RJ). No entanto, até hoje (junho de 2026), a PEAPO não saiu do papel, e não foi regulamentada mesmo tendo sido aprovada a lei estadual nº 9.822/2022, que determina o uso de recursos do FECAM para a PEAPO. Reconhecemos a importância da Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária, Agroecologia e Produção Orgânica e da Comissão de Segurança Alimentar da ALERJ para pressionar para que as políticas do estado atendam às nossas demandas. Por termos consciência que as políticas públicas são direitos nossos e dever do Estado, o V Encontro Estadual de Agroecologia exige do governo estadual a imediata efetivação da PEAPO, com destinação de recursos públicos e ampliação da participação da sociedade civil na construção e controle social dessa importante política pública.

Nos municípios, embora existam alguns programas importantes de algumas prefeituras municipais, consideramos que os governos municipais fazem muito pouco para apoiar a agricultura familiar, as comunidades rurais e a agroecologia. Por isso, reivindicamos o apoio efetivo dos governos municipais. Queremos afirmar e lutar por nossos direitos e dizer bem alto: prefeitos e prefeitas, apoiem a agroecologia.

Por sua vez, no plano federal, reconhecemos os avanços proporcionados pelos governos Lula e Dilma nas políticas de apoio à agricultura familiar, combate à fome e promoção da segurança alimentar e nutricional, políticas essas atacadas e desmontadas desde o golpe de 2016 e, principalmente, pelo trágico governo de extrema direita de Bolsonaro.

Com a vitória das forças democráticas nas eleições de 2022, o terceiro governo do Presidente Lula se esforçou para reconstruir

políticas públicas voltadas ao campo da agroecologia e da agricultura familiar, com destaques para o PAA, PNAE, o Programa dos Quintais das Mulheres, o Programa Nacional de Agricultura Urbana, de Redução de Agrotóxicos e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Considerando esse contexto político, afirmamos que no estado do Rio de Janeiro, é inadmissível a continuidade de governos ligados a interesses contrários aos direitos da sociedade, todos eles imersos em esquemas de corrupção. Como movimento agroecológico, nos comprometemos a enfrentar o desafio de combater candidaturas ligadas a grupos políticos de extrema direita que governaram o Rio de Janeiro nos últimos tempos. Ao mesmo tempo defendemos o apoio a candidaturas do campo democrático que historicamente vem apoiando a agroecologia.

No plano federal, consideramos importante reeleger Lula e garantir a eleição de deputadas e deputados e senadores do campo democrático e popular que apoiam os movimentos de agroecologia e da segurança alimentar e nutricional. Nesse sentido, faremos uma mobilização junto aos nossos territórios para assegurar o voto em candidaturas que se comprometam com os princípios democráticos expostos nessa carta, ao mesmo tempo que assumimos o compromisso de combater as fake news e os processos clientelistas nas comunidades.

Convidamos todes/as/os presentes no V EEARJ e a sociedade a darmos um basta às eleições de candidaturas conservadores e elegermos candidaturas alinhados com as propostas do movimento agroecológico.

Finalizamos o V EEARJ com os seguintes encaminhamentos e compromissos:

- 1- Organizar processos avaliativos e devolutivos dos debates realizados no V EEARJ nas regionais da AARJ, NEAs e fóruns em que participamos e atuamos;

2- Realizar uma reunião presencial da Coordenação Política da AARJ para avaliação do V EEARJ e atualização da organicidade e planejamento da AARJ.

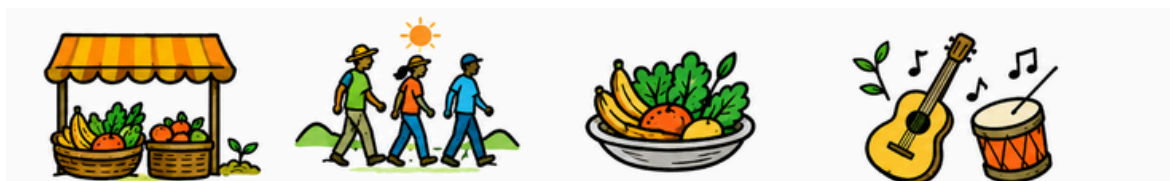
3- A presente carta é nosso instrumento de posicionamento político para a sociedade em geral, diante da conjuntura atual, e do processo eleitoral que será iniciado tendo em vistas as eleições 2026.

4- Nesse sentido vamos realizar um evento presencial, amplo, convidando candidaturas ao governo estadual e candidaturas ao parlamento (estadual e federal) alinhados com o campo da agroecologia para a assinatura do seu compromisso com a carta política. Vamos divulgar amplamente quem são as candidaturas comprometidas com a agroecologia.

5- Realizar reuniões com representantes das candidaturas majoritárias ao governo do estado que tiverem um mínimo compromisso com a agroecologia e os movimentos sociais para apresentar as propostas da AARJ e reivindicar seu empenho para, caso eleitos, as propostas sejam efetivadas a partir de um diálogo democrático entre o governo e a sociedade civil.

6- Não mediremos esforços para que a Emater libere os recursos das emendas parlamentares destinadas à promoção da agroecologia no âmbito da AARJ, que não foram liberados para o V EEARJ, conforme previsto.

7- Já estamos em processo de mobilização das experiências de agroecologia do Rio de Janeiro para participarmos ativa e coletivamente no 5º Encontro Nacional de Agroecologia (5o ENA), previsto para o primeiro semestre de 2027, em Foz do Iguaçu (PR).



8- Vamos continuar a pressão popular junto da Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária, Agroecologia e Produção Orgânica e da Comissão de Segurança Alimentar da ALERJ para regulamentação da Lei Estadual nº 8.625/2019 que institui a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO-RJ) e a execução da lei estadual nº 9.822/2022, que determina o uso de recursos do FECAM para a PEAPO.

9- Por fim, recomendamos a leitura e reforçamos as propostas da Carta Política da Articulação Nacional de Agroecologia que segue acessível pelo link:

<https://agroecologia.org.br/2026/06/16/movimento-agroecologico-apresenta-propostas-para-as-eleicoes-2026/>



AGENDA DE PROPOSTAS DO V ENCONTRO ESTADUAL DE AGROECOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

As rodas de conversa temáticas realizadas durante o V Encontro Estadual de Agroecologia do Rio de Janeiro reuniram agricultoras e agricultores, povos e comunidades tradicionais, pesquisadoras(es), educadoras(es), movimentos sociais, organizações e coletivos em um amplo processo de diálogo e construção coletiva. Desse encontro de saberes, experiências e reflexões emergiram propostas, desafios e caminhos para o fortalecimento da agroecologia no estado do Rio de Janeiro.

A seguir, apresentamos uma síntese das principais contribuições construídas nesses espaços de debate. As propostas refletem os consensos e as prioridades apontadas pelas(os) participantes para o avanço da agroecologia, da soberania e segurança alimentar, da justiça climática, da promoção dos direitos e do fortalecimento das políticas públicas.

Reforma agrária e defesa dos maretórios e territórios das comunidades tradicionais

É imprescindível para que haja agroecologia a defesa dos maretórios, dos territórios; o enfrentamento ao capitalismo e a consciência de que nós humanos somos parte da natureza; por isso, lutamos por uma política ambiental que respeite às comunidades que mais diretamente convivem com a natureza e não protejam as lógicas de exclusão. Só é possível massificar a agroecologia com a reforma agrária.



Quintais agroecológicos, agricultura urbana e autonomia econômica das mulheres

Estiveram reunidos na roda agricultores urbanos e rurais em suas diferentes expressões: hortas de quilombos, sítios, arranjos produtivos locais, calçadas, hortas comunitárias, pequenos terrenos, além de assessores de instituições, pesquisadores, professores, representante do Governo Federal, representante de conselhos da pesca artesanal e convidados, de diferentes municípios do Rio de Janeiro.

Como tem sido permanecer? Como tem sido a luta por esse reconhecimento e o que é agricultura urbana? A oficina demonstrou a diversidade de experiências e a necessidade de respeitar as diversidades já existentes. Inicialmente, surge uma definição sobre o quintal, como um espaço a partir do qual se pode viver dele e que adquire grande importância para quem cultiva, para a família e para a vizinhança.

A metodologia da Caderneta Agroecológica foi destacada nas duas experiências selecionadas como uma ferramenta que dá visibilidade para relevância econômica dos quintais, permitindo a geração de renda e fortalecimento de uma economia da troca e aprendizados que fortalecem as relações de vizinhança, segurança alimentar das famílias, melhoria das condições ambientais e de vínculos territoriais. Os relatos apontam para a importância da política pública dos quintais produtivos, permitindo o fomento de tecnologias sociais, como captação de água da chuva, melhoria de cozinhas e construção de galinheiros.

Foram apontados os enfrentamentos à especulação imobiliária, a pressão dos loteamentos e modificação das formas de zoneamento das áreas rurais e as disputas pelo solo urbano, a degradação ambiental trazida pela poluição, falta de saneamento, adensamento urbano e ameaças de poderes locais.

Fica claro que a questão fundiária no campo e na cidade continua sendo uma questão fundamental é que é preciso reivindicar instrumentos legislativos e territoriais de proteção em uma perspectiva multissetorial para o reconhecimento e fortalecimento e dos quintais produtivos.

Segurança alimentar e nutricional e abastecimento popular de alimentos saudáveis: combate à fome e comida no prato

Mercados Locais

A roda de conversa destacou a urgência de promover e estabelecer iniciativas de políticas públicas e redes integradas de logística e abastecimento popular, fundamentadas na solidariedade e no trabalho em rede nos territórios. Experiências como as da Rede Carioca de Agricultura Urbana, Raízes do Brasil e da Cozinha Solidária de Nova Friburgo revelam que as principais resistências e respostas surgem a partir do território, embora os coletivos enfrentam dificuldades no acesso e execução de políticas públicas, além de desafios críticos de autogestão, limitações financeiras e infraestrutura insuficiente. O debate reforçou a busca pela autonomia dos movimentos a soberania popular, colocando a soberania alimentar como eixo central.

A feira é reconhecida como um espaço vital de encontro, troca de experiências, construção popular, cuidado e acessibilidade, são fundamentais para as estratégias de diversidade de abastecimento, visando a expansão da rede de distribuição para todos e garantindo a dimensão da oferta, do acesso e do abastecimento de alimentos saudáveis. Concluiu-se que a justiça climática deve incorporar a dimensão da oferta de alimentos e o fortalecimento dessas iniciativas territoriais, pois não haverá sustentabilidade enquanto pessoas conviverem com a fome, exigindo uma articulação profunda entre justiça social e pautas climáticas.

Mercados Institucionais (PAA e PNAE)

As políticas públicas PAA e PNAE têm impacto positivo para os agricultores que participam, assim como para inclusão das mulheres e ampliação da participação da juventude. É necessário a publicação dos dados do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para que ocorra transparência e monitoramento destes programas. É preciso superar os entraves burocráticos e simplificar os processos.

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional deve estar articulada com estes programas a fim de garantir recursos, ter maior inclusão e reconhecimento de mulheres e jovens. Além de abordar a saúde das cozinheiras escolares e também a alimentação das crianças em dias sem atividade escolar, como finais de semana, feriado e férias.

Construção do conhecimento agroecológico

ATER na promoção da transição agroecológica

A importância de valorizar a diversidade de iniciativas de ATER existentes no Rio de Janeiro desenvolvidas por associações de agricultores, cooperativas de serviço, cooperativas de produção, ONGs, órgãos públicos de extensão em âmbito estadual e municipal, entre outros atores públicos.

Reforça a necessidade de construção e fortalecimento de Fóruns de debate tendo como foco na assistência técnica e extensão rural.

Os agricultores familiares, camponeses, assentados de reforma agrária, indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais continuam vivenciando, no seu dia a dia, dificuldades persistentes no acesso às políticas públicas, com destaque para as políticas de assistência técnica e extensão rural. Esse quadro precisa ser revertido.

Fica reforçada a necessidade de viabilizar fontes de financiamento voltadas à implantação de programas e ações que tenham como foco a transição agroecológica, considerando, por exemplo: a utilização de um percentual dos royalties do petróleo para a promoção da agroecologia; o redirecionamento, ampliação e qualificação da aplicação dos recursos do orçamento do Estado destinados à agricultura; estudar a possibilidades de aplicação de recursos destinados ao Pagamento de Serviços Ambientais em programas e ações voltados à agroecologia, mediante uma avaliação criteriosa dos objetivos arranjos e fontes de financiamento envolvidos na sustentação dessa política.

É importante valorizar e debater o papel do IATA como um instrumento de monitoramento da transição agroecológica, articulando esse instrumento a um mix de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agroecologia e da SSAN.

Demandar do Governo Federal uma ampliação das políticas de promoção da agroecologia no Estado do Rio de Janeiro, com especial atenção ao conjunto das regiões do Estado e à necessidade de garantir a continuidade desses programas e ações de modo que eles possam ter um efeito estruturante.

É fundamental que o processo de revisão do PLEAPO seja feito com ampla participação das organizações sociais do estado do Rio de Janeiro com atuação no campo da agroecologia e da produção orgânica, com participação dos representantes da Câmara Técnica de Agroecologia e Agricultura Orgânica e com representação das diferentes regiões do Estado. O calendário proposto pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento do Interior, Pesca e

Agricultura Familiar deve ser revisto e o Governo Estadual deve garantir recursos que viabilizem a ampla participação das organizações da sociedade civil.

Pesquisa e extensão em agroecologia

Nós da roda de conversa com o tema pesquisa e extensão em agroecologia, reunidos 22 participantes, incluindo agricultoras(es), representantes da Embrapa, representantes de ONGs, professores, pesquisadores e estudantes das seguintes universidades: UFRJ, UFRRJ, UENF, UERJ, IF, UFF E UFES e integrantes da ABA. Destacamos a importância da institucionalização da agroecologia no tripé ensino-pesquisa-extensão, articulando dentro, fora e entre as instituições de ensino e órgãos públicos, fortalecendo uma rede e núcleo de estudos em agroecologia de forma interdisciplinar no estado do Rio de Janeiro e em diálogo com os múltiplos territórios, povos e a AARJ.

Apontamos que a tendência ao negacionismo climático pelos governos em nível nacional e global afeta a emergência climática e a soberania e segurança alimentar e nutricional, pois não estão sendo tratados com seriedade, tendo em vista as negligências das lideranças políticas locais. Por isso enfatizamos a importância do voto consciente para apoiar candidatos que tenham compromissos com a agroecologia, visando futuramente a formação de uma bancada agroecológica no congresso. As evidências científicas comprovam que o único futuro possível é o agroecológico.

Educação ambiental de crianças e juventudes

A roda reuniu educadoras populares, estudantes, agricultoras, movimentos sociais e coletivos territoriais em torno das experiências da Escola Popular de Agroecologia da Serra da Misericórdia e das Cirandas do MPA. Entre memórias da pandemia,

da fome e da violência nos territórios, emergiram experiências de educação construída a partir do cuidado, da alimentação e da participação das crianças. “A serra é minha escola e a escola é a serra” e “às vezes não é só a comida, é um abraço” foram falas que sintetizaram a dimensão afetiva e política do encontro.

A roda denunciou o adultocentrismo presente nos espaços agroecológicos e defendeu a construção de metodologias permanentes de participação infantil. Como encaminhamentos, destacou-se a necessidade de fortalecer as cirandas, ampliar os espaços de escuta das infâncias e incorporar crianças e adolescentes como sujeitos políticos da agroecologia e das políticas públicas.

Convivência com a Mata Atlântica, sementes e enfrentamento às mudanças climáticas

A roda de conversa sobre os "Mutirões Agroflorestais", realizada no V Encontro Estadual de Agroecologia em Silva Jardim, evidenciou que o mutirão e os Sistemas Agroflorestais transcendem a dimensão técnica e produtiva, configurando-se como ferramentas de emancipação popular, fortalecimento comunitário, preservação de saberes e resgate ancestral. As discussões convergiram para a centralidade do trabalho coletivo na desconstrução de lógicas individualistas e competitivas.

Foi amplamente destacado que o aprendizado da agrofloresta se dá essencialmente a partir da prática, exigindo que o conhecimento seja incorporado pelo corpo através de uma dinâmica que funciona como um organismo vivo.

Os relatos demonstraram a capacidade dos mutirões de atuar na quebra de resistências culturais de agricultores tradicionais, comprovando a viabilidade de cultivar em harmonia com a Mata Atlântica e sem o uso de insumos químicos. Destacou-se também o papel crucial dessas práticas na fixação da juventude no campo e



no combate ao preconceito contra o trabalho rural, gerando renda digna, soberania alimentar e orgulho territorial através do manejo sustentável e da conservação biológica de espécies nativas ameaçadas. Diante de desafios geográficos e da ausência inicial de amparo institucional, a auto-organização e a espontaneidade dos grupos (que envolvem famílias inteiras) provaram ser a única alternativa viável para viabilizar colheitas críticas e promover a restauração ecológica de áreas degradadas.

Com o amadurecimento dessas discussões, consolidaram-se encaminhamentos estratégicos que apontam para a necessidade de fortalecer a incidência em políticas públicas em diferentes esferas, com especial atenção ao nível estadual, assegurando que tais mecanismos preservem rigidamente o caráter coletivo, autônomo e popular do movimento.

Pactuou-se que o desenho dessas políticas deve priorizar o fomento e o início das ações práticas para, em um segundo momento, avançar rumo à regulamentação e à certificação, evitando travas burocráticas que inviabilizam o manejo por parte da agricultura familiar.

Para operacionalizar e expandir essas construções, propôs-se a criação de um Grupo de Trabalho (GT) especificamente voltado para pensar as dinâmicas dos mutirões, bem como o desenvolvimento e a sistematização de um banco de dados tecnológico que unifique informações e dê divulgação pública aos mutirões voluntários, permitindo o mapeamento das ações e a adesão de novos colaboradores interessados em aprender fazendo. Por fim, deliberou-se sobre a importância de canalizar a sementeira da agroecologia nas escolas públicas através de uma conexão direta com a Secretaria de Educação (SEDUC), além de se pensar metodologias para a adaptação e execução dos mutirões agroflorestais também no ambiente urbano.

Sementes agroecológicas

O encontro reuniu mulheres guardiãs e agricultoras, agricultores familiares, coletivos, técnicos de ATER, estudantes universitários e ativistas com objetivo comum de debater sobre a Soberania Alimentar e Nutricional (SAN) e dar visibilidade às experiências, práticas de conservação e de manejo ecológico das sementes no território.

O debate se aprofundou em torno dos desafios contemporâneos, transversais ao tema do Encontro e da roda de conversas e das soluções construídas a partir da comunidade, os participantes apontaram como principais desafios: a conservação das sementes, conhecimento restrito e/ou ausência de informações, motivação impulsionada pela responsabilidade social dos agricultores para a guarda das sementes, mobilização e necessidade de criação de pequenas casas (banco) de sementes para abastecimento da agricultura local.

Por outro lado, os direcionamentos convergiram para a necessidade de fortalecimento dos espaços de guarda de sementes já existentes, garantia do protagonismo das mulheres nesta guarda e incentivo à juventude na sucessão deste saber. Ao final da roda de conversa, o coletivo sistematizou uma proposta que poderá contribuir para a elaboração da construção da carta política do V EEARJ.

O estado deverá assegurar políticas públicas que integrem educação e território. Exigindo, portanto, o fortalecimento e ampliação das escolas do campo, agroecológicas e das famílias rurais, bem como instituindo disciplinas e conteúdos de agroecologia no currículo comum das escolas, prioritariamente as do campo. Compreendemos que o chão da escola deve ser um espaço de valorização e identidade camponesa.

Cultura, saúde e agroecologia

Cultura

- Valorizar a alimentação como tecnologia ancestral de promoção da saúde.
- Reconhecer os mestres e mestras da agroecologia nos territórios.
- Ampliar os pontos de cultura agroecológicos e ampliar o apoio aos mesmos.
- Como reconhecer os agricultores tradicionais como população tradicional?
- Afirmamos q o conhecimento popular tradicional tem validade e valor.
- Difundir a homeopatia popular.
- Defesa da saúde coletiva e do SUS.
- Saúde disponibilizando práticas populares, não só medicalização da saúde.
- Importância do reconhecimento da comunidade LGBT e das diversidades no campo e na cidade.

Cuidados

A roda de conversa sobre cuidado teve ênfase na sororidade feminina, no tratamento, uso, acessibilidade e produção da cannabis, e a importância do cuidado durante a escuta clínica, para a busca de estratégias e alternativas para o tratamento de pacientes.

Dentre as trocas durante a roda de conversa, foi ressaltada, em primeiro momento, a importância do acolhimento e a participação feminina durante os períodos de crise - como a pandemia - e, posteriormente, os desafios relacionados à importância da cannabis e sua aceitação pela sociedade.

Contaminação ambiental e agrotóxicos

No contexto da crise civilizatória, marcada pelo colapso ambiental e climático, a agroecologia deve fortalecer sua incidência desde a pesquisa popular até as práticas cotidianas nos territórios. Nesse cenário, a Atenção Primária à Saúde constitui um espaço estratégico para identificar agravos à saúde relacionados às condições ambientais, sociais e alimentares. Destacou-se a necessidade de ampliar pesquisas construídas com a participação das comunidades, reconhecendo os sujeitos como protagonistas da produção do conhecimento e utilizando a pesquisa como instrumento de luta: contra o modelo de desenvolvimento que aprofunda a degradação ambiental; pela ampliação do orçamento público destinado às políticas de agroecologia com controle social; pela regulação da publicidade em favor do agronegócio; e pela valorização e divulgação da importância da agricultura familiar no estado do Rio de Janeiro.

A reunião discutiu os impactos da contaminação ambiental provocada por agrotóxicos, petróleo e gás sobre a saúde de comunidades agrícolas e pesqueiras, mostrando a importância da integração entre pesquisa científica, atenção primária à saúde e agroecologia. Foram apresentados mapeamentos de produtores rurais e áreas de risco, além de evidências de intoxicações, alterações biológicas e possíveis danos ao DNA associados à exposição ambiental, reforçando a necessidade de ações preventivas e de vigilância em saúde.

Também foram debatidos os desafios enfrentados pelas comunidades atingidas, como dificuldades para realizar investigações independentes, morosidade dos processos judiciais e insuficiência das políticas de reparação.

Como encaminhamentos, destacou-se a ampliação da pesquisa participativa, o fortalecimento da atenção primária para identificação precoce dos agravos relacionados ao trabalho e ao ambiente, a criação de redes entre instituições de saúde, pesquisa e agricultura, e a ampliação do financiamento público e das políticas voltadas à agroecologia, à vigilância ambiental e à proteção das comunidades expostas.

Saneamento e gestão de resíduos

A roda de conversa identificou a necessidade da organização de um GT Saneamento na AARJ. Que construa incidência política para pleitear uma Política Estadual de Saneamento Rural alinhada com a PNSR e as políticas estaduais de saneamento, meio ambiente e agroecologia. De forma que viabilize parcerias público-comunitárias com financiamento descentralizado e formações voltadas à geração de renda e saneamento. Também se faz necessário discutir sobre a relevância do saneamento na regulamentação das políticas mencionadas.

Turismo de base comunitária e turismo rural

Existem diferentes formas de conciliar o turismo com os princípios da agroecologia que podem receber diferentes nomes: turismo Rural, turismo de base Comunitária, turismo de vivência, ecoturismo etc. Estas formas de turismo representam um enorme potencial para a geração de renda em diversos setores da sociedade, e também de sensibilização da sociedade para as causas socioambientais e agroecológicas, valorização da diversidade, e reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais, camponeses, agricultores familiares, assentados da reforma agrária, seus modos de vida e seus territórios. Uma das experiências que se

destaca é a Rede Nhandereko de Turismo de Base Comunitária, que une quilombolas, indígenas e caiçaras dos municípios de Paraty, Angra dos Reis e Ubatuba.

Reivindicamos a necessidade de estruturação de políticas públicas em nível federal, estadual e municipal para o fomento destas práticas e experiências, sua regulação e o incentivo às suas articulações. Como formas de fomento destacamos a criação e fortalecimento de conselhos, Fundos e fóruns; cursos e capacitações; articulação com universidades e outras instituições de ensino, pesquisa e extensão.

Quem comunica a agroecologia? Narrativas, desafios, territórios e bem viver

A comunicação que fortalece a agroecologia é um direito, um processo educativo e uma prática coletiva de construção do bem viver. Ela não se reduz à divulgação de resultados ou à produção de conteúdos: assim como o alimento agroecológico não é um produto, a comunicação também não pode ser tratada como mercadoria. Comunicar é construir vínculos, confiança e pertencimento, e isso exige tempo, escuta e presença.

A roda de conversa, as trocas entre territórios, o trabalho coletivo e o fazer com as mãos são tecnologias de comunicação que cultivam também a reflexão, a autonomia e a organização social. As experiências individuais, as memórias e as trajetórias de agricultoras(es), povos e comunidades tradicionais, juventudes e movimentos sociais precisam ocupar o centro das narrativas agroecológicas, fortalecendo a identidade dos territórios e promovendo o diálogo entre diferentes saberes.

Reconhecemos, porém, que um dos grandes desafios é criar condições para que esses processos horizontais e participativos aconteçam, superando a lógica que solicita que a comunicação seja vertical e imediatista.

A ausência de espaços de diálogo nos mantém em relações desiguais e violentas; por isso, defendemos políticas públicas que garantam tempo, formação, infraestrutura e meios para que a comunicação seja vivida como um processo permanente de encontro, participação, democratização das narrativas e fortalecimento das lutas pela agroecologia.



ARTICULAÇÃO DE
AGROECOLOGIA DO
RIO DE
JANEIRO

RUMO AO VENA